PARECER Nº /2012

PROJETO DE LEI Nº 7/2012

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A APRECIAR VETO PARCIAL

AUTOR: PREFEITO MUNICIPAL

RELATOR: VEREADOR ZÉ DA ESTRADA

Relatório

De autoria do Prefeito Municipal, Projeto de Lei nº. 7/2012 “*estabelece as diretrizes para elaboração da Lei Orçamentária Anual do exercício de 2013 e dá outras providências.*”

A presente proposição foi vetada parcialmente, por inconstitucionalidade e por contrariar o interesse público, notadamente quanto ao §2º do artigo 37, incluído ao texto por emenda parlamentar.

As justificativas do veto se deram através da Mensagem de nº 282, de 29 de julho de 2012.

Recebida em 3 de agosto de 2012, por parte do nobre Presidente do Poder Legislativo, o veto foi apresentado em plenário no dia 6 de agosto e na mesma data formalizada a presente Comissão Especial para análise de Veto Total à presente proposição pela Portaria nº 2.669, de 6 de agosto de 2012, prevista nos artigos 231 e seguintes do Regimento Interno desta Casa Legislativa, a fim de sobre ele deliberar.

Este Vereador foi nomeado Relator da matéria em 20 de agosto de 2012, pelo Sr. Presidente da Comissão Especial.

Tecidas estas considerações passo a apreciar o cerne do desiderato em almejo.

Fundamentação

A análise desta Comissão Especial é albergada no dispositivo regimental constantes dos artigos 231 de seguintes da Resolução nº 195, de 25 de novembro de 1992, conforme abaixo descrito:

Art. 231. O veto parcial ou total, depois de lido no expediente, é distribuído à Comissão Especial, designada de imediato pelo Presidente da Câmara, para sobre ele emitir parecer no prazo de cinco dias, contados do despacho de distribuição.

Parágrafo único. Um dos membros da Comissão deve pertencer, obrigatoriamente, à Comissão de Constituição, Legislação, Justiça, Redação e Direitos Humanos.

Art. 232. A Câmara, dentro de trinta dias, contados do recebimento da comunicação do veto, sobre ele decidirá, em escrutínio secreto, e sua rejeição só ocorrerá pelo voto da maioria absoluta dos membros da Câmara.

Art. 233. Esgotado o prazo estabelecido no artigo 232, sem deliberação, o veto será incluído na Ordem do Dia da reunião imediata, em turno único, sobrestadas as demais proposições até a votação final, ressalvada a proposição de iniciativa do Prefeito com solicitação de urgência.

§ 1º Se o veto não for mantido, será a proposição de lei enviada ao Prefeito, para promulgação.

§ 2º Se, dentro de quarenta e oito horas, a proposição de lei não for promulgada, o Presidente da Câmara a promulgará, e, se este não o fizer em igual prazo, caberá ao Vice-Presidente fazê-lo.

§ 3º Mantido o veto, dar-se-á ciência do fato ao Prefeito.

Art. 234. Aplicam-se à apreciação do veto as disposições relativas à tramitação de projeto, naquilo que não contrariar as normas desta Seção.

O chefe do Poder Executivo vetou o § 2º do artigo 37 do Projeto de Lei n.º 7/2012, que estabelece as diretrizes para elaboração da Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2003, sob o argumento de que o dispositivo, incluído por meio de emenda parlamentar, é inconstitucional e contraria o interesse público.

O dispositivo vetado preceitua que em caso de ocorrência de excesso ou insuficiência de arrecadação, no exercício de 2012, com relação às receitas que compõem a base de cálculo para o cômputo do limite de despesa da Câmara Municipal de Unaí, o Chefe do Poder Executivo procederá, até o dia 1º de abril de 2013, à suplementação ou anulação, de forma uniforme, no valor de 7% (sete por cento) do aludido excesso ou insuficiência, das dotações pertencentes à Câmara Municipal de Unaí, fixadas no orçamento do exercício de 2013, por meio da

abertura de crédito adicional suplementar, em conformidade com o disposto no artigo 29-A, da Constituição Federal de 1988, combinado com o disposto no artigo 42 da Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964.

Em sua justificativa o Sr. Prefeito explica que se trata de uma inovação ao texto da lei de diretrizes orçamentárias que obriga o Município a vincular no seu Orçamento Geral o percentual máximo (7%) da receita efetivamente arrecadada no exercício anterior, o que contraria o disposto no artigo 29-A da Constituição Federal, que estabelece percentuais máximos e não, como quer o dispositivo, um percentual mínimo (7%) que, inclusive, se confunde com o máximo, transformando-se, com esse texto, teto em piso.

Após essas considerações iniciais, passa-se à análise de mérito da presente propositura.

Preliminarmente, cumpre esclarecer que a Carta da República previu, em seu artigo 29-A, um limite de gastos para as Câmaras Municipais, nos seguintes termos:

Art. 29-A. O total da despesa do Poder Legislativo Municipal, incluídos os subsídios dos Vereadores e excluídos os gastos com inativos, não poderá ultrapassar os seguintes percentuais, relativos ao somatório da receita tributária e das transferências previstas no § 5o do art. 153 e nos arts. 158 e 159, efetivamente realizado no exercício anterior: (Incluído pela Emenda Constitucional nº 25, de 2000)

I - 7% (sete por cento) para Municípios com população de até 100.000 (cem mil) habitantes;

Conforme se depreende do texto acima, a Câmara Municipal de Unaí não pode gastar mais do que o valor equivalente a 7 % (sete por cento) das supracitadas receitas, efetivamente realizadas no exercício anterior.

Assim sendo, a proposta orçamentária desta Casa Legislativa, para o exercício de 2013, não poderá perfazer valor superior a 7 % (sete por cento) do somatório da receita tributária e das transferências previstas no § 5o do art. 153 e nos arts. 158 e 159, efetivamente realizado no

exercício anterior.

Ocorre que a proposta setorial de orçamento da Câmara para o exercício de 2013 é elaborada no mês de julho de 2012, momento este que, obviamente, não se sabe quanto o Município irá arrecadar neste exercício, podendo ocorrer, com relação à previsão, excesso ou insuficiência de arrecadação.

Diante disso e considerando que, em caso de ocorrência de excesso de arrecadação, a Câmara Municipal tem seu limite de gastos aumentado, nada mais justo que seja constituída uma reserva orçamentária em suas dotações e não nas dotações do Poder Executivo, nos termos do dispositivo ora vetado, sob pena de descumprimento dos princípios constitucionais da independência entre os Poderes e da autonomia administrativa e financeira desta Casa Legislativa.

Por outro lado, tendo em vista que, em caso de insuficiência arrecadação, este Poder Legislativo tem seu limite de gastos reduzido, necessário se faz anular parte de suas dotações, porquanto elas não poderão ser integralmente executadas, sob pena de descumprimento do limite de gasto total previsto no artigo 29-A da Carta da República.

Destarte, fica cristalino que o dispositivo ora vetado está em perfeita harmonia com a Constituição Federal de 1988 e com o interesse público, sendo insuficientes os argumentos utilizados pelo Senhor Prefeito para retirar o aludido dispositivo do ordenamento jurídico.

O veto da maneira que foi apresentada merece ser REJEITADO por carecer de substrato jurídico e contrário à independência financeira do Poder Legislativo.

Conclusão

Ante o exposto, voto pela REJEIÇÃO ao Veto ao Projeto de Lei nº 7/2012.

Plenário Vereador Geraldo Melgaço de Abreu, 21 de agosto de 2012.

VEREADOR ZÉ DA ESTRADA

Relator Designado